



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 10 de julho de 2024

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,22% São Paulo	125.661	R\$ 5,476 (+0,26%)		R\$ 5,928	10,40%	10,41%	Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46
0,08% Nova York	126.548						
	3/7 4/7 5/7 8/7						
		Últimos					
		2/julho 5,664					
		3/julho 5,568					
		4/julho 5,486					
		5/julho 5,462					

AJUSTE FISCAL

Solução para estados e problema para a União

Projeto de Pacheco para o pagamento da dívida dos estados com o Tesouro Nacional reduz juros e afeta a dívida federal

» ANDREA MALCHER

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), protocolou ontem o projeto de lei complementar (PLP) que renegocia as dívidas dos estados junto à União. Denominada Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), a medida contemplada no texto atende ao pleito dos governadores dos estados mais endividados e redefine o indexador do débito, além de admitir o abatimento da dívida, caso o estado utilize os recursos para investir em determinadas áreas, como educação e infraestrutura.

“Os regimes de recuperação fiscal no Brasil são experiências que não são muito bem sucedidas, acabam gerando um grande sacrifício para os estados, para os servidores públicos, para entrega de ativos dos estados, sem que se equacione o problema da dívida”, comentou Pacheco, em entrevista à imprensa.

“O que nós propusemos é um programa de pleno pagamento da dívida com instrumentos capazes de fazer frente a esse problema. O primeiro deles é uma premissa importante, que, sob o ponto de vista de responsabilidade fiscal, há a preservação do quantitativo da dívida consolidada hoje. A proposta inicial que nós tínhamos de poder fazer um programa equiparado ao Refis, que pudesse ter um abatimento sobre o principal e o estoque acaba não sendo possível, em razão de vedações que nós compreendemos, e da afetação que isso geraria no resultado primário da União”, explicou o senador.

Pacheco apontou que o projeto estabelece a possibilidade de entrega de ativos, como “recebíveis, de um modo geral; créditos judiciais; participação acionária em empresas, que podem ser federalizadas em favor da União; e uma novidade importante que é a possibilidade de créditos inscritos em dívidas ativas do estado poderem ser cedidos também à União”.

Calculada atualmente pelo IPCA mais 4% de juros ao ano, a dívida dos estados deixaria de ser corrigida por este indexador, caso a proposta fosse aprovada. O texto indica que os 4% seriam calculados de algumas formas. Com 1% revertido em investimentos em educação, infraestrutura e segurança; 1% para um fundo de equalização ainda a ser criado; 1% perdoado, caso o estado devolva de 10% a 20% da dívida; e, se entregar mais de 20%, o perdão subiria para 2%.

“O Ministério da Fazenda, obviamente, não concordará com todos os pontos. Nós buscamos a maioria dos pontos que a Fazenda expôs, mas nem todos. Mas há um ponto que é digno de nota e precisa ser reconhecido, que o Ministério da Fazenda, representando o governo federal nessa discussão, concorda que os 4% de juros sejam revertidos e não há nenhum tipo de reversão para a União em si. E, aí, há uma proposta no projeto, essa devidamente alinhado com a União, que é a possibilidade de reversão do pagamento de juros

para investimentos no próprio estado”, declarou Pacheco.

A Fazenda, segundo Pacheco, sugeriu “travas mais severas, nos moldes do regime de recuperação fiscal dos estados”. “A maior consequência do não cumprimento do que está aqui (no projeto) para o estado é ser excluído do programa e voltar para um indexador de 4% de juros. Então, obviamente que o estado vai se esforçar em fazer a entrega dos seus ativos, organizar as suas finanças e estar adimplente com as parcelas do pagamento efetivo da dívida, sem precisar ter outras amarras muito severas.”

O senador pontuou, ainda, que a matéria terá a relatoria do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), e que a votação deve ficar para depois do recesso parlamentar, em agosto. Caso aprovado, o PLP seguirá para a Câmara. Alcolumbre e Pacheco são aliados e o amapaense é o favorito para a sucessão da presidência da Casa.

O presidente do Senado se reuniu há uma semana com os governadores Ronaldo Caiado, de Goiás; Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul; Romeu Zema, de Minas Gerais; Cláudio Castro, do Rio de Janeiro; e, no lugar de Tarcísio de Freitas, de São Paulo, o vice, Felício Ramuth, para tratar da dívida. O grupo representa os cinco maiores devedores da União. Juntos, os estados representam 90% do total de dívidas, o que corresponde a R\$ 690 bilhões.

Na ocasião, Zema reclamou que a proposta de um novo indexador, baseado em investimentos nos estados como forma de abater o débito, poderia não ser o suficiente. Porém, mudou o tom, ontem, e reconheceu que a proposta “representa um avanço muito grande”.

“O projeto possibilita que a taxa de juros cobrada do estado tenha uma redução expressiva”, pontuou Zema. “Você pode reduzir os juros de 4% para 2% caso consiga transferir para o governo federal ativos que representam pelo menos 20% da dívida, e o estado tem muitas propriedades, imóveis, empresas. Nós temos condição de atender isso”, completou.

Repercussão

Ao Blog da Rosana Hessel, o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, avaliou que a matéria poderá ter um impacto significativo no Orçamento federal.

“Entendo que o PL é um péssimo caminho para endereçar a questão da dívida dos estados. Na prática, poderá reduzir os juros reais a zero. O efeito sobre a dinâmica da dívida será grande”, afirmou o especialista em contas públicas.

Para Salto, a proposta ainda cria um fundo de equalização de investimentos “para partilhar um pedaço da folga fiscal criada para estados que não têm nem dívida”. “O Congresso está se especializando cada vez mais em aprovar bombas fiscais”, lamentou Salto.

Geraldo Magela/Agência Senado



Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cria uma saia-justa para o governo ao facilitar pagamento da dívida dos estados

saiba mais em gov.br/fenobrasil

AVANÇAR NA ECONOMIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO E AGRICULTURA. É bom pra todo mundo.

FÉ NO BRASIL

A GENTE TÁ NO RUMO CERTO.

O trabalho do governo federal não para. Pouco a pouco as coisas estão melhorando.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE E SAIBA MAIS